

Sentimento Geral

Faltava a palavra certa na hora certa para exprimir verdades que a opinião pública esperava. Desde a crise financeira que se alastrou com os mandatos iniciados em janeiro, os cidadãos sentiam-se órfãos de versão capaz de traduzir seus sentimentos desencontrados. Coube ao senador Antônio Carlos Magalhães, como presidente do Senado, falando na instalação da nova legislatura, interromper o círculo vicioso que fez a vida brasileira girar por dois meses em torno de divergências entre a União e os estados, sem produzir iniciativa de resolvê-las.

“Temos de mudar a agenda”, afirmou Antônio Carlos Magalhães, pois “não é possível que há quase dois meses não se fale de outra coisa.” Era dispensável a citação de nomes numa peça institucional, e o presidente do Senado não personalizou os protagonistas da crise. Todos os identificam pela referência. O impasse já poderia a seu ver estar plenamente esclarecido. Cumprir contratos já firmados não exime o Executivo de “atender aos reclamos dos estados pelas vias competentes de seus organismos”. E aponta o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal com recursos suficientes para socorrer os estados, seja “por intransigência”, seja por falta de visão, “para encobrir incompetência”.

Não era sem tempo que se fazia indispensável a palavra autorizada de político que ocupou o governo da Bahia, por três vezes, com resultados reconhecidos até pelos adversários. Falou com autoridade representativa, em nível de estadista, no momento mais indicado. A agenda brasileira depende apenas da remoção desse impasse por falta de competência política para rompê-lo. O presidente do Senado desfez o nó com senso prá-

tico de estadista. Na mensagem presidencial ao Congresso consta a referência à disposição do governo de abrir a questão do pacto federativo ao debate. A discussão criará a ordem natural para a cessação das hostilidades retóricas que só se resolvem diretamente, e não com o prolongamento da divergência que separa governantes dentro da mesma nação.

O mérito do senador Antônio Carlos Magalhães, neste momento, foi perceber a oportunidade favorável a que suas palavras alcançassem, por cima das diferenças partidárias, efeito político nacional. O presidente do Senado emitiu com dicção institucional conceitos que o país queria e precisava ouvir, não apenas em referência ao mau encaminhamento das dificuldades dos estados e da tímida iniciativa do Planalto ao equacionar soluções. Não basta o presidente Fernando Henrique advertir, como fez na mensagem, que o ano será difícil para governos, empresas e cidadãos. É indispensável passar as iniciativas à frente das dificuldades.

Prova de sensibilidade política de Antônio Carlos Magalhães foi também a referência ao FMI por intromissão em assuntos que dizem respeito ao país. Foi severo na ressalva: “Não cabe ao FMI intrometer-se na vida das nações, nem sempre para resolver seus problemas.” Exatamente porque o Brasil precisa recorrer à instituição financeira internacional, sem abdicar da soberania, o FMI deve manter-se a distância respeitosa, sem “criar dificuldades para as camadas mais pobres”. O sentimento geral não poderia ser mais oportuna e adequadamente expresso do que fez o presidente do Senado a tempo de evitar explorações e de abreviar soluções políticas.